



## ÁFRICA/EGITO – Críticas coptas à Constituição provisória

Cairo (Agência Fides) – A Constituição temporária decretada segunda-feira à noite pelo Presidente interino egípcio Adly Mansour está gerando as primeiras e preocupantes reações negativas de um número crescente de juristas e defensores de direitos civis egípcios pertencentes a Igrejas cristãs. Nas próximas horas, podem ser divulgadas posições oficiais da hierarquia eclesiástica. “Estamos preocupados, pois tiram proveito de nós. As disposições que na antiga Constituição eram mal vistas pelos cristãos estão sendo ressaltadas neste novo texto. Se não falarmos agora, depois não poderemos dizer mais nada”, declara à Agência Fides o Bispo copta-católico de Minya, Botros Fahim Awad Hanna.

A entrada em vigor deste novo texto constitucional provisório – que deve permanecer em vigor pelo menos 6 meses – representa uma passagem importante na transição iniciada com a destituição de Mohamed Morsi. Algumas modificações introduzidas no novo texto constitucional representam, do ponto de vista dos críticos, uma regressão em relação à Constituição de cunho islâmico, aprovada sob o governo hegemônico pelos Irmãos Muçulmanos. Os cristãos estão particularmente alarmados com o artigo n. 1 da declaração constitucional, que ao se referir à Xariá, deve ser concorde com a jurisprudência elaborada nos primeiros séculos do Islã. Nesta passagem, é recuperado o conteúdo do artigo n. 219 da precedente Constituição, que já na época esteve no centro das contestações dos cristãos – provocando a retirada de seus representantes da Assembleia constituinte – porque abria espaço à influência das escolas interpretativas mais seguidas pelos islâmicos salafitas. Além disso, foi suprimido da Constituição provisória promulgada por Mansour o ex-artigo n. 3, que garantia aos cristãos e judeus a possibilidade de recorrer a seus princípios canônicos para regularizar questões pessoais e religiosas de suas comunidades.

As primeiras críticas dos cristãos à Constituição provisória vieram de juristas e ex-parlamentares, como Naguib Gabriel, Susie Adly e Amir Ramzy. Considerações polêmicas vieram também dos porta-vozes da União juvenil Maspero, segundo os quais, “dos 26 mártires coptas da revolução de 25 de janeiro de 2011, obtiveram proveito os Irmãos Muçulmanos, enquanto dos 7 mártires coptas da revolução de 30 de junho, os salafitas estão se aproveitando”. (GV) (Agência Fides 10/7/2013).